

PROCESSO Nº : 2016/19010/000035
UNIDADE GESTORA : 203600 – Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação.
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2015
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 068/2016
SGD Nº 2016/09049/000911

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da **Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação**, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 5.364/2016.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às **fls. 95 e 96**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra déficit orçamentário de **100,00%**, que se justifica por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **83,96%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	7.400.953,00	6.213.942,82	83,96
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.400.953,00	6.213.942,82	83,96



FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	7.400.953,00	6.213.942,82	83,96
TOTAL	7.400.953,00	6.213.942,82	83,96

3.3 As alterações no orçamento inicial refletem **um aumento de 72,12%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias, no entanto, não foram apresentadas as razões da necessidade suplementação.

3.4 As transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 6.097.674,40**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 287.914,03** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 3.657,90**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 6.213.942,82**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 137.919,11**, restando saldo de **R\$ 37.384,40** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 98 a 101.

3.5 O Balanço Patrimonial, às fls. 106 e 107, demonstra uma situação **positiva** dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.5.1 O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em **13,95%**, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

3.5.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 14.912.977,45**, composto pelo Investimentos, Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada).

3.5.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 152.385,25**, deste montante, **R\$ 131.927,59** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 20.457,66** restos a pagar não processados.

3.5.3.1 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago **R\$ 2.390,33**, restando um saldo de **R\$ 701.759,80**.

3.5.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **déficit** financeiro de **R\$ 688.242,53**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 168.286,45**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 856.528,98**, conforme às fls. 225 e 226.

3.6 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de **R\$ 13.367.339,93**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT.



3.7 A conta contábil “Estoques” apresenta saldo no valor de **R\$ 443.208,36**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, à **fl. 154**.

3.8 A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” registra saldo no valor total de **R\$ 37.384,40**, na Conta Única do Tesouro Estadual, conforme Balanço Financeiro, às **fls. 98 a 100**.

3.9 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 2.980.069,28**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.10 O saldo inicial da conta “Passivo Não Circulante” não registra **dívida fundada**.

3.11 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 6.521.661,51** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 6.839.607,36**, demonstrando resultado patrimonial **negativo** do período, no montante de **R\$ 317.945,85**, conforme demonstrado às **fls. 102 a 104**.

3.12 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de **R\$ 33.726,50**, à **fl. 110**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **3** (três) processos de adesão em ata de registro de preços, além da análise de **9** (nove) processos de pagamentos de concessão de Crédito Educativo a Estudantes Carentes – PROEDUCAR de exercícios anteriores, **1** (um) processo referente a contratação de empresa para reforma e ampliação do prédio do Colégio Agropecuário de Natividade, no Estado do Tocantins, utilizando recursos provenientes do Convênio nº 658380/2009, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas, bem assim a análise de **4** (quatro) processos de reconhecimento de dívida referente a despesas não processada no ano anterior.

4.2 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **8** (oito) atendimentos presenciais, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.



4.3 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade na **Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação** no exercício em análise, porém consta que houve fiscalização do Tribunal de Contas da União conforme informado às **fls. 210 a 221**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às **fls. 14 a 83**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN nº 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

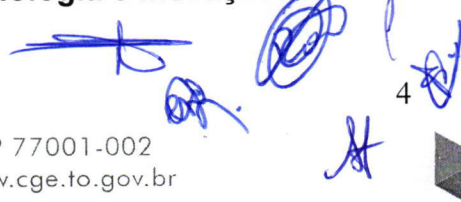
6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições da entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às **fls. 43 a 49**, definidos nos Programas Temáticos: 1027- **Educação Profissional, Tecnológica e Superior**, 1029 - **Ciência, Tecnologia e Inovação**, e com suporte nas ações do Programa 1095 - **Gestão e Manutenção** da Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas físicas, cujo desempenho no exercício em análise, demonstra que **7** (sete) tiveram execução média de **154,05%** em relação ao que se pretende alcançar ao final do PPA, e **12** (doze) não tiveram nenhuma execução, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 58 a 78**.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **6** (seis) indicadores, dos quais **3** (três) apresentaram um nível satisfatório para o órgão, **1** (um) um nível insatisfatório e **2** (dois) não foram apurados, além de constar inconsistências/divergências nas análises em relação, às **fls. 50 a 57**.

6.1.2 A análise de desempenho das **13** (treze) iniciativas ligadas aos objetivos e as **14** (quatorze) ações criadas para a realização dessas iniciativas foram avaliadas na prestação de contas do **Fundo Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação**.




4

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **4** (quatro) ações de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **83,96%** foram executados por meio do Programa de Gestão Manutenção, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 79 a 83**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 204 a 208**, um quantitativo de **114** servidores ativos, sendo que **01** servidor admitido no exercício de 2015 por meio de concurso e **02** por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **George Lauro Ribeiro de Brito, Aline Kelly Lopes Silva** e outros relacionados neste processo à **fl. 05**.

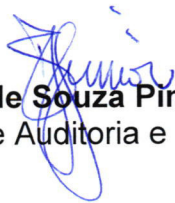
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 23 dias do mês de março de 2016.


José Roberto A. Guimarães
Analista/Economista

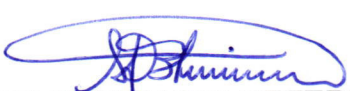

Cristiane Dalastra
Analista/Contador


Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação e Controle da
Gestão Governamental


Wellington Junior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão
Administrativa


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.
Em 23/03/2016.


SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

